



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125458 - MG (2020/0078758-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : LEANDRO APARECIDO DE ANDRADE SAWAI (PRESO)
RECORRENTE : ADALBERTO MULARI (PRESO)
ADVOGADO : LEANDRO EUGENIO GERALDO - MG116055
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por LEANDRO APARECIDO DE ANDRADE SAWAI e ADALBERTO MULARI contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.20.012260-4/000.

Extraí-se dos autos que os recorrentes foram presos em flagrante, em 16/1/2020, convertido em preventiva, e restaram denunciados pela suposta prática dos crimes previstos no artigo 171, *caput*, c.c o artigo 14, II (por três vezes), na forma do art. 71, todos do Código Penal, e artigo 28 da Lei n. 11.343/06, na forma do artigo 69 do Códex Penal.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS-CORPUS -ESTELIONATO -NEGATIVA DE AUTORIA -ANÁLISE -IMPOSSIBILIDADE -VIA INADEQUADA -PRISÃO PREVENTIVA -DECISÃO FUNDAMENTADA -FATOS CONCRETOS QUE INDICAM A NECESSIDADE DA MEDIDA CONSTRITIVA -SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO -IMPOSSIBILIDADE -A PRIMARIEDADE POR SI SÓ NÃO VIABILIZA A SOLTURA DO PACIENTE -GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - ORDEM DENEGADA. 1. Inviável é a discussão acerca da matéria fática probatória na via estreita do Habeas Corpus de cognição e instrução sumárias. 2. Verificando-se a presença dos pressupostos autorizadores para a manutenção da custódia cautelar mantém-se esta sob os auspícios da garantia da ordem pública. 3. Havendo indícios de autoria e de materialidade, presente está o pressuposto da ordem pública, sendo a prisão medida que se impõe. 4. Incabível é a substituição da prisão por medida cautelar conforme disposto no artigo 282 §6º do CPP e presentes estando os requisitos do artigo 312 do mesmo diploma legal associados à gravidade do delito inadequadas são tais medidas. 5. As condições de

primariedade, bons antecedentes e residência fixa por si só não viabiliza a soltura dos pacientes. 6. Ordem denegada(fls. 141).

No presente recurso, alega, inicialmente, que os recorrentes não possuem recursos financeiros para o pagamento da fiança arbitrada.

Pondera as condições pessoais favoráveis dos recorrentes e a possibilidade de substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão. Invoca o princípio da presunção de inocência.

Sustenta não haver fundamentação idônea no decreto preventivo.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Além do mais, confundindo-se com o mérito, a pretensão será analisada mais detalhadamente na oportunidade de seu julgamento definitivo, após as informações devidamente prestadas, bem como da manifestação do *Parquet* Federal.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicite-se informações ao juízo de primeiro grau, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *síte* do Tribunal, quando for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator